

O DAY AFTER À ABOLIÇÃO

*José Roberto do Amaral Lapa**

I. O tema

Se havia realmente uma generalizada expectativa da sociedade brasileira, escravos e livres, quanto à Abolição, torna-se imperioso analisar – via discurso dos escravistas, emancipacionistas, abolicionistas e indiferentes, pois não há como negar que esta última categoria existisse – que grau de informação e consciência social essa expectativa continha, para poder verificar-se o que aconteceu a partir do dia seguinte.

Ao que tudo indica, pelo vasto conhecimento que acumulamos sobre os temas do escravo, do negro e da Abolição, o alcance público que a campanha abolicionista atingiu fora até então o mais amplo que o país assistira. As fontes primárias disponíveis, por sua vez, dão oportunidade a que se possa refletir sobre questões como: o que significaria para cada um e para todos ter dormido escravo e acordado livre? vivenciar a liberdade implicaria numa reciclagem que envolvesse a mudança do vestuário, da alimentação, da moradia, da organização e das estratégias de sobrevivência, dos usos e costumes, do relacionamento e das formas de solidariedade ou luta social, da leitura e do uso do corpo, das formas de pensamento, da linguagem e da memória?

Em outras palavras, o que queremos significar é que mesmo considerando o distanciamento geográfico, as dificuldades de comunicação, o analfabetismo obstaculizando o acesso à informação, as fugas que os remetiam a lugares mais distantes ou de mais difícil acesso, os escravos deveriam nutrir, em diferentes graus, essa expectativa de que estava próxima a liberdade, sem

(*) Professor Titular do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Diretor do Centro de Memória da mesma universidade.

que isso pudesse com certeza implicar, necessariamente muitas vezes, num nível de consciência social, alcançando o que isso podia significar. Essa compulsória alienação devia possivelmente ocorrer com frequência insuspeitada. Nesse sentido, o que poderia suavizar a carência de informação, seria o fato de que no geral, particularmente no trabalho rural e no espaço dos quilombos, os escravos vivendo aglomerados deviam transmitir oralmente e dialogar sobre o seu futuro mais imediato, enquanto que na cidade sabe-se que a sua facilidade de comunicação, embora vivessem em moradas que limitavam o seu número e onde estavam em estreito contacto com os senhores, na verdade levava à possibilidade de contactos e movimentos decisivos para aquela expectativa.

Assim e por isso, o dia doze deve ter transcorrido no mesmo clima dos últimos meses, o dia treze com manifestações que iam da euforia à meditação, e o dia quatorze de maio e os que se seguiram, ainda que as comemorações viessem de antes – desde 8 de maio – quando o projeto foi introduzido na Câmara e se prolongassem por todo o mês, foram rapidamente mergulhando em uma realidade que desfazia esperanças, apurava estratégias de sobrevivência e convívio social, de solidariedade entre a própria comunidade, o que ocorria naturalmente em meio a oportunidade de maior conhecimento recíproco e maior desejo de informação.

Em todo o caso não devem ter sido poucos aqueles ex-escravos que como no conto “O Velho Lima” (*Contos fora da moda*) de Artur Azevedo – onde um homem adoecendo nas vésperas da Proclamação da República, vem a sarar apenas alguns dias depois, ficando perplexo diante do que ocorrera, sem saber como se comportar – não tiveram noção do que acontecia ou do que havia mudado em suas vidas.

Portanto, entre ações e reações, para os negros e os brancos, o *day after* apresentou a convergência de um complexo de comportamentos, costumes, posturas e perplexidades novas para muitos, mudando a natureza da luta de classes, não mais possível de desenvolver-se naquele contexto histórico, senão em termos capitalistas e portanto de mercado de trabalho.

É possível raciocinar que no momento da Abolição a reação dos envolvidos, do lado do oprimido, fosse graduada a partir da realidade histórica em que viviam até mesmo da legislação anterior, repleta de limitações e contradições, que todavia colocara certas parcelas ao seu abrigo. Assim, neste caso estariam os *libertos* para os quais esta condição não os afastava do movimento abolicionista, desde que com certeza tinham parentes e amigos ainda sob o cativeiro, para falarmos em motivos mais fortes de solidariedade e luta, sem nos referirmos às razões que supostamente deviam empolgar a todos, isto é, a raça, o sofrimento, a origem, o convívio, as uniões e outras.

Registre-se entretanto que as relações entre libertos e escravos estavam longe de ser tranquilas, com rivalidades e discriminações, cujas raízes muitas vezes se remontavam à África, enquanto que muitos libertos possuíam escravos.¹

(1) MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 213-7.

Na verdade o dia seguinte não tinha a capacidade de aliviar as tensões entre a massa recém-egressa da escravidão e os libertos que já haviam se ajustado de alguma maneira à sociedade bem como entre estes e os homens que nasceram e sempre foram escravos.

No momento da Abolição, todas as crianças e adolescentes, filhos de escravos, estavam entretanto libertos desde a Lei Rio Branco de 28-09-1871 (Lei do Ventre Livre), bem como os idosos que pela Lei dos Sexagenários (1885) tinham sido libertados e portanto também engrossavam essa população, com um contingente possivelmente pequeno se considerarmos que a expectativa de vida devia ser bem menor que a geral, dado o desgaste físico e mental que a sociedade lhes impusera ao longo da vida. Ao cálculo de 800.000 escravos que a "Lei Áurea" concedeu a liberdade há de acrescentar-se estas parcelas da população que mais diretamente foram atingidas pela força da lei, pois é claro que de maneira mais indireta toda a sociedade seria atingida.

Em 1890 o Brasil possuía um total de 14.333.915 habitantes.² Até 1885 havia registro de mais de 400.000 ingênuos, enquanto em 1886/1887 foram registrados 18.946 como sexagenários, embora as estatísticas oficiais apontassem 90.713 cativos de mais de 60 anos, o que mostra a lei sendo burlada em nada mais que 71.767 velhos que com certeza continuavam a ser escravos depois de libertados!³

Se acrescentarmos a esse contingente os demais alforriados através das diferentes modalidades de acesso à liberdade, temos com certeza um percentual razoável da população livre, mas oprimida e bastante vinculada à escravidão pelos seus ascendentes e descendentes.

A consideração que fazemos em relação a esses segmentos parte do princípio de que sobretudo os recém-nascidos (ingênuos, "riobrancos") e os idosos continuaram como se sabe sob uma escravidão disfarçada.

É possível admitir que velhos preconceitos fossem exarcebados e novos preconceitos fossem gerados. O fardo de um passado de quase quatrocentos anos não era algo que num único e brusco movimento pudesse ser jogado para fora da janela e esquecido.

Tendo sobretudo na segunda metade do século XIX reunido uma das maiores concentrações de escravos do país, o chamado "Oeste Paulista" vem tendo o seu passado devassado nas implicações econômicas, sociais, culturais e políticas que isso representou.

O estudo de Cleber da Silva Maciel se insere nesse conjunto de pesquisas, cujos resultados vêm-se acelerando nos últimos anos.⁴

Como a obra inaugura um programa de publicações singular para uma cidade do interior, vamos ocupar-nos primeiramente em falar algo sobre a iniciativa, para a seguir resenhamos o livro.

(2) ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS BRASILEIRAS: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985. Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, 1987. p. 31.

(3) CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 279.

(4) MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas 1888-1921*. Campinas, Editora da Unicamp, 1987 (Coleção Tempo & Memória, Série Campiniana, v. 1).

II. A Coleção

O lançamento da Série *Campiniana*, integrada à Coleção "Tempo & Memória", é o resultado de um esforço sistemático, coletivo e interdisciplinar, que se pretende permanente, desenvolvido pela UNICAMP, como contribuição à história e historiografia da cidade de Campinas.

Tem uma origem e uma história. A idéia de reunir-se em coleção a produção relevante, para se conhecer a evolução da cidade, já percorreu um caminho e passou possivelmente por mais de uma tentativa.⁵

Entretanto, só agora se conseguiu resgatá-la, com a infra-estrutura e o esforço comum dos que trabalham em várias unidades daquela Universidade, com especial destaque para a editora da UNICAMP, o Núcleo de Estudos Regionais e o Centro de Memória.

A partir das capas e da apresentação gráfica, o lançamento da Série *Campiniana* marca a nova fase de desenvolvimento da Editora da UNICAMP.

O capista Carlos R. Lamari concebeu as capas a partir de uma raríssima coleção de 25 desenhos em bico-de-pena que reproduzem vistas parciais, logradouros e edifícios de Campinas da época. Assim, o fundo das capas apresenta discretamente uma seleção dessas gravuras, enquanto no centro destaca-se uma delas, o que permitirá individualizar cada capa dos 25 primeiros volumes da *Campiniana*.

Esses desenhos, de autor desconhecido, eram impressos em pequenos cartões, que no início do século (data de referência 1902) a Fábrica de Fumos Liberdade, de propriedade de Tito Martins Ferreira, estabelecida à Rua 13 de Maio, 120, distribuía a seus clientes e amigos.

Para uma cidade brasileira da época, é difícil encontrarmos um conjunto de desenhos como esse, o que o torna um inestimável acervo iconográfico sobre Campinas.

Os bicos-de-pena integram os arquivos "João Falchi Trinca" e "Geraldo Sesso Júnior", ambos do Centro de Memória.

Desde que alguns professores do Departamento de História agremiaram-se no antigo Grupo de Estudos de História Regional (1984), conscientes de que se fazia necessário socializar um número considerável de iniciativas, que se individualizaram dentro e fora da Universidade, com o objetivo comum de estudar a cidade, reconhece-se que a caminhada chega a bom termo, com pertinácia, muito trabalho e alguma ousadia.

Uma cidade não deixa de ser a maneira – de cada um e de todos – de construirmos o nosso pequeno mundo de quase nada e participarmos do vasto mundo dos homens.

(5) A história da *Campiniana*, i. é., a idéia inicial e as tentativas de implementá-la estão contadas numa série de artigos do prof. Odilon Nogueira de Matos, que relatam ter proposto, na presidência da Comissão de Publicações do Bicentenário da cidade, a criação de uma coleção de obras sobre Campinas, ao que se seguiu a sugestão do historiador Celso Maria de Mello Pupo, para que a coleção recebesse o nome de *Campiniana*, ambas as idéias aprovadas por unanimidade e agora recuperadas pelo Centro de Memória – Unicamp. Cf.: MATOS, Odilon Nogueira de. Por que não uma "Campiniana"? – Sonho de uma noite de verão (A propósito da "Campiniana") – Acordando para a realidade – A propósito da "Campiniana". *Correio Popular*, Campinas, respectivamente em 6, 13 e 20 maio 1977 e 27 abr. 1988.

A dinâmica da ótica, das falas, sentimentos, pensamentos e eventos de uma cidade, com a maneira de ser do que está por trás dessas manifestações, implica em movimentos e silêncios, em estertores e gargalhadas, em História enfim.

Reclama-se verificar como repercutem nesse espaço as grandes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no Brasil. Mas, em contrapartida, não se pode deixar de sondar como a sociedade local em sua prática de vida – condicionada ou reagindo àquelas imposições das mudanças regionais e nacionais – constrói o seu próprio espaço e dinâmica.

Na interseção desses dois processos, importam os códigos e valores, os usos e costumes, o trabalho e o lazer, os estilos de vida, as tensões e distensões, o discurso acadêmico e as falas populares.

Assim e por isso, a série abrigará numa inovação universitária a produção acadêmica e aquela que não o é. O saber histórico, nem sempre impressionista, que descreveu uma crônica minuciosa, capaz de surpreender datas, fatos e personalidades numa representação que procura ser fiel, ao lado da ciência institucionalizada, atenta aos métodos, conceitos e teorias, mas e também balanceada pela sedução da subjetividade, da arqueologia do que não houve, do que foi apenas insinuado, do silêncio e do nada, que vem assaltando a cidadela dos historiadores nos últimos anos. Com certeza não vão se dar mal, lado a lado, no seu objetivo comum de gerar conhecimento.

De Campinas, pode-se dizer que a fase historiográfica anterior à Universidade assistiu à construção de uma biblioteca rica, onde alguns clássicos da crônica local são indispensáveis a qualquer projeto de estudo da história da cidade. É o caso, para lembrarmos apenas alguns, de Leopoldo Amaral, Benedito Otávio, Rafael Duarte, Pelágio Alvares Lobo, Carlos Francisco de Paula, José de Castro Mendes, Omar Simões Magro e Ricardo Gumbleton Daunt.

Entre os estudiosos que continuaram oferecendo uma contribuição nessa linha, registre-se os nomes de Odilon Nogueira de Matos, Lycurgo de Castro Santos Filho, Júlio Mariano, Jorge Antonio José, Celso Maria Mello Pupo, Theodoro de Sousa Campos Júnior, Benedito Barbosa Pupo, Duflío Battistoni Filho, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, alguns ligados à Universidade e outros não.

Nesse caso estão ainda João Batista de Sá (Jolumá Brito), Nelson Omegna e Geraldo Sesso Júnior, falecidos recentemente.

Há ainda uma nova geração de estudiosos, produto da Universidade, que comparecem a esta Coleção, como é o caso de Cleber da Silva Maciel, que abre a série e dos que virão a seguir, como Ademir Gebara, Carmem Sylvia Vidigal Moraes, Maria Carolina Bovério Galzerani e outros, muitos outros, que desenvolvem pesquisas e estudos sobre Campinas, que a *Campiniana* pretende atrair para o seu convívio.⁶

(6) Próximos volumes da Série Campiniana, cujo lançamento está programado para 1988: 1) PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas: eventos e personalidades*. 2) MORAES, Carmem Sylvia Vidigal de. *O ideário republicano e a educação: o Colégio "Culto à Ciência" de Campinas 1869/1892*. 3) SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro & NOVAES, José Nogueira. *A febre anarela em Campinas 1889/1900*. 4) AMARAL, Leopoldo. *Campinas: recordações e outros escritos* (org. João Falchi Trinca). 5) MORAES, Plínio Guimarães. *Burguesia cafeeira paulista 1889/1919*.

Registre-se ainda a relevante contribuição que tem sido dada à história da cidade por dois *brazilianists*, professores da UNICAMP: Robert Wayne Andrew Slenes e Peter Louis Eisenberg, este recentemente falecido.

A cidade onde nascemos ou vivemos, pode ser para nós, por vários motivos, um *espaço-tempo*, onde somos gente ou não somos nada, produzimos e reproduzimos a nossa vida e fugimos da morte, amamos ou odiamos, somos miseráveis ou ricos, esgueirando pela sua paisagem, por suas praças e ruas, seus antros e moradas, pelos seus causos e história, pelos seus mistérios e fantasmas.

Com alguma imaginação, ainda é possível sentir a parábola da bola no antigo "pastinho" do Guarani, o sereno abençoado do Café do Povo, onde se perderam os namoros da vida, o grupo de uniforme azul que o Exército da Salvação punha a cantar no mercado, entre mendigos, bêbados e prostitutas, o cine Coliseu, onde era possível carregar o banco duro para o lugar que desse melhor ângulo de visão, e aí cavalgarmos juntos, gritando e gesticulando, com os mocinhos dos filmes de *far-west*, o que invariavelmente provocava o latido de alguns cães que sempre estavam a passear pelo salão.

Mas, isso pouco importa, pois o leitor há de perdoar-nos estarmos nos traindo e encontrará também ele, outros espaços dentro desse mesmo, descobertos a partir de suas próprias lembranças e vivências.

Os que vivem em Campinas, estão conscientes de que a cidade atravessa momentos decisivos da construção do seu passado e do seu futuro. E isso se faz ao embalo de forças maiores que hoje sensibilizam o País nos debates para uma nova Constituição, pelos quais perpassa uma preocupação com a memória nacional, com o patrimônio histórico e cultural do País. Os grupos preservacionistas se multiplicam, há confrontos entre autoridades e ecologistas, que desesperadamente tentam não deteriorar o meio ambiente, enquanto arquitetos e historiadores, personalidades ou pessoas anônimas se surpreendem indo à praça para denunciar atentados contra as vozes e as representações que nos chega do passado e precisam ser preservadas para o presente e o futuro.

A cidade nos faz personagens de sua aventura. Algumas dimensões dessa aventura começaram a ser recolhidas na Série *Campiniana*.

Mas, vejamos então como transcorreu o "dia seguinte" nessa cidade, cuja fama de mau tratamento dispensado aos escravos desperta polêmica até hoje. Os dados de que se dispõe mostram para os últimos dezesseis anos anteriores à Abolição um crescimento lento e oscilante, para cair um ano antes. Essas alterações foram ditadas, ao que se crê, menos pelas alforrias e pelo decréscimo do tráfico inter e intraprovincial e mais pelas fugas constantes que agitavam o município, dando em conseqüência a multiplicação dos quilombos e suas investidas às fazendas e viajantes, gerando insegurança generalizada.

A década de oitenta é marcada pelas correrias de tímidos policiais e ousados quilombolas, pelos protestos individuais e tentativas de revolta coletiva, sempre registradas pela imprensa, sendo que os dois últimos anos – 1886

e 1887 – apresentam um recrudescimento sem precedentes dos roubos, da violência e da repressão.⁷

No capítulo dos crimes, registre-se contudo uma queda geral nessa década, em relação à década anterior, dos índices de crimes contra a pessoa, contra a propriedade, contra a ordem pública e corpo de delito, o que aliás corresponde a um continuado declínio ou pelo menos a não-correspondência entre o índice de delitos e o aumento da população urbana e a intensidade do processo urbano, conforme mostra estudo recente que se centrou no levantamento exaustivo dos 1274 processos criminais em Campinas, de 1830 a 1889, referentes à população livre. Verifica-se que essa tendência só é quebrada, isto é, só tem leve acréscimo em dois tipos de delito – furto, roubo e feitiçaria – na década de 1870 a 1879 em relação à década de 1880 a 1889, o que não seria difícil de explicar, caso tenham sido cometidos por escravos. Entretanto, evidencia-se um salto substantivo nos crimes de “maus-tratos em escravos”, que de apenas um praticado na década de 70 a 79 saltam para 22 na década seguinte, parecendo corresponder ao clima que se respirava no município de Campinas naqueles anos que antecederam à Abolição.⁸

No sentido dos nossos comentários, praticamente observa-se tendência semelhante nos crimes praticados por escravos que na década de 80 a 89 só crescem em relação à década anterior em três casos: quando a vítima é o feitor, administrador ou capataz, saltando de seis para 58, e nos casos em que a vítima é livre ou em crimes contra propriedade, em que o acréscimo foi de um delito.

Nessa década que estamos privilegiando, Campinas é de longe o município da província de São Paulo que tem o maior plantel de escravos, ficando sempre a cidade de Bananal, no Vale do Paraíba, em segundo lugar, mas com uma diferença grande.

Assim, pelas estimativas que dispomos, em 1872 Campinas possuía um total de 13.685 escravos, sendo 8.806 homens e 4.879 mulheres.⁹ Dois anos depois, em 1874, passaria para 14.028 escravos, para uma população de mais de 17.000 habitantes livres, aumentando para 14.372 escravos em 1885, para cair para 9.986 um ano antes da Abolição, em 1887.¹⁰

Essa trajetória da curva de escravos evidencia em princípio as conclusões das últimas pesquisas e estudos sobre a obstinação da maioria dos fazendeiros do Oeste histórico, agarrados à escravidão até às vésperas da Abolição, quando não mais conseguem reter o êxodo coletivo e se precipitam concedendo nada menos de 3.200 liberdades no mês de fevereiro de 1888!¹¹ Providência tardia, pois tudo se mostrava fora do seu alcance nessa altura.

(7) MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 29.

(8) Idem. Ibidem. p. 39.

(9) CONRAD, Robert. Op. cit. p. 357.

(10) SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo 1865/1888*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1980. p. 20-1 e 41.

(11) Idem. Ibidem. p. 104-38.

III. O Livro

O livro *Discriminações raciais – negros em Campinas 1888-1921*, representa a nova contribuição que vem recebendo da Universidade a cidade de Campinas e a sua região – historicamente conhecida como “Oeste Velho”, no interior do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a produção universitária centrada nesse espaço vem contribuindo de maneira decisiva para uma revisão do que se conhece até agora e que em boa parte repousa em importante literatura autodidata, jornalística e descritiva.

Ficamos a imaginar como uma idéia inicial, possivelmente envolvida em muita empatia – que poderia até acabar num projeto político – conseguiu capitalizar para a dissertação de mestrado uma pesquisa, que com objetividade científica e isenção foi levada a bom termo. Ganha ainda uma significação especial o fato de ter sido empreendida por um professor da Universidade Federal do Espírito Santo, que optando fazer seu mestrado na UNICAMP, no convívio com o meio acadêmico e sobretudo na identidade com a comunidade negra da cidade, conseguiu escrever um trabalho que passa a ser fundamental para o conhecimento da problemática que aborda em termos locais e regionais.

O período estudado, que na verdade vai de 1888 a 1925, e não como consta da capa do livro, compreende trinta e oito anos em que o racismo é exacerbado, explicitando-se nas evidências da disciplina da ordem pública contra o lazer, as relações sociais no trabalho e nos logradouros públicos, enquanto se procura legitimar essa ação generalizada com um discurso científico e/ou ideológico que por sua vez persuade à exaustão os contemporâneos sobre a inferioridade racial do negro, inclusive numa linguagem elaborada, bem captada pelo autor (p. 37-8).

Não sobrava lugar para o negro naquela sociedade. Depois de sugar-lhe durante 388 anos, tornara-se um fardo, que era antes necessário eliminar do que integrar. Mais uma ironia da Abolição. Mesmo que obtivessem honesta e dificultosamente dinheiro para pagar os serviços – públicos e particulares – estes lhes eram recusados!

A obra nos traz uma soma de contribuições para o estudo do tema e nessa linha de suas qualidades, gostaríamos de lembrar entre outras, o levantamento enumerativo (p. 93) da imprensa negra em Campinas como o mais completo de que dispomos. Aliás, a descrição da cidade no período estudado dá-nos uma idéia bem próxima da realidade do seu crescimento, então com novos problemas e deslumbramentos. Nesse sentido, o texto distribui-se bem entre a economia, a sociedade e a cultura.

As críticas que são colocadas a outros autores, como por exemplo, Florestan Fernandes (p. 130), Octavio Ianni (p. 133) e Carlos Hasenbalg (p. 124) são pertinentes.

Mas, é para um grande número de revelações que o livro nos traz que o leitor mais interessado será atraído, com possíveis desdobramentos de pesquisa e novos questionamentos, como é o caso, por exemplo, do critério que acabou virando comércio de “placas” para distinguir os mendigos autênticos dos falsos (*sic!* p. 108) ou ainda das práticas escravistas, da aplicação da legislação escravista ou ainda a escravidão disfarçada depois de 13 de maio, como se pode ver em vários momentos. Assim, também ficamos conhecendo a regulamentação do transporte público que afeta o negro como eventual

agente do serviço ou seu usuário, a “caça” às mulheres negras nos cortiços, para obrigá-las a atender a grande demanda dos serviços domésticos como criadas, as descrições da cadeia (p. 162-3) o “termo de Bem-Viver” (p. 164), a continuidade da existência de “quilombos” depois de 1888 (p. 166), o espancamento público de presos, e vai por aí.

Fica-nos a dever o autor estudo mais detido em relação às enumerações e descrições que faz, por exemplo, das comemorações do 13 de maio. A linguagem dos jornais da época – com certeza a fonte principal que consultou – poderia ser enriquecida na análise que procedeu, com uma consulta aos dicionários contemporâneos. A frequência ativista e a multiplicação ao longo do período das entidades negras, infelizmente pouco documentadas, mostra que o seu grau de mobilização e organização está longe – com todas as limitações e contradições que se colocaram nesse sentido – de uma apatia ou acomodação.

Dito isto, passemos a propor certas questões que o livro provoca, mas que muitas vezes não chega a aprofundar.

Ao longo do texto, fica suficientemente demonstrado que, ao deixar de ser escravo, o negro deixa também de ser interessante como *trabalhador* para o homem branco (p. 28). Ora, essa é uma questão que merece ser bem explorada: como se processa a discriminação racial num processo de transição capitalista? Como sabemos que o sistema capitalista não conseguiu superar a questão racial, antes mesmo pelo contrário (no que parece não perder muito para o socialismo) o tem acirrado, queremos crer que naquela transição de que trata o livro alguns componentes conjunturais devem ter contribuído para que a questão adquirisse contornos específicos, o que o autor demonstra não desconhecer, mas contudo nos deixa ainda espaço para algumas observações.

De um lado, havia declarada e crescente demanda de força de trabalho, o que nos leva em princípio a concluir que a formação e reprodução dessa força, cumprindo a racionalidade capitalista, deviam ser prioritárias, sem ater-se ao problema de cor, desde que a qualificação do ex-escravo respondia plenamente às necessidades do mercado de trabalho brasileiro e no caso regional, uma vez que estavam mais ligados ao trabalho agrícola, para o qual os negros possuíam longo treinamento.

Entretanto, por que então não foi essa força (dos negros) incorporada como se podia esperar? Não teria um custo menor, com menores responsabilidades e adaptação praticamente nula, recrutar a massa de libertos, em vez de atravessar o Atlântico, para o mesmo trabalho nos cantões e aldeias europeias?

Assim como no tráfico de escravos, o tráfico de imigrantes envolvia interesses dentro da divisão internacional do trabalho, que devem ser considerados, mas não em termos da explicação plena para o que se deu, antes como uma contribuição convergente entre outras – internas e externas – para podermos entender esse deslocamento demográfico, de certa maneira também compulsório.

Por outro lado, é preciso considerar, que além da declarada discriminação racial da tradicional sociedade brasileira – ou se quiserem da família campineira – em relação aos negros, torna-se imperativo considerar que essa discriminação não deixava de atingir também o imigrante europeu. Em que ficamos então? É possível mesmo, que particularmente em relação às classes

médias urbanas, o comprometimento discriminador fosse até mais intenso do que em relação aos libertos, pela competição que o trabalhador estrangeiro também oferecia àqueles segmentos sociais.

Caso contrário, não poderíamos desconhecer que em termos da força de trabalho, conhecimento e relacionamento social, o trabalho negro deveria possivelmente até responder melhor do que o imigrante europeu às expectativas da economia e sociedade nacionais.

O que estamos tentando dizer é que assim como durante séculos o tráfico de escravos foi — ao que tudo indica e não obstante pesquisas mais recentes e localizadas procurem relativizar essa afirmação — um grande negócio para o capitalismo, na época estudada, é o tráfico de imigrantes europeus que passa a substituir aquele rendoso “comércio”.

Dessa maneira, esse fator precisa ser também considerado no texto, *i.é.*, interessa mais ao capitalismo internacional promover esse reajustamento nos mercados de trabalho, pelos lucros que proporciona e por tentar resolver problemas de ordem social, do que recrutar os trabalhadores negros nacionais, que agora sim não apresentavam mais interesse ao capitalismo, pois caso contrário, não seria possível de repente verificarmos que a cor passasse a ser enxergada. Como provar que a preocupação com a reprodução da força de trabalho não tomasse em consideração só os negros?

É claro que com isso não estamos querendo negar ou diminuir a evidência do componente da discriminação racial, que é algo que sobrenada até hoje, como estamos fartos de saber. Entretanto, se havia uma doutrina e uma prática racista — camuflada às vezes — por parte da sociedade e das instituições brasileiras, é preciso considerar que essa postura interna atende consciente ou inconscientemente os interesses externos, que não estão ligados necessariamente à questão racial.

Aliás, o texto mostra não poucas vezes que o racismo não se reduz a um problema de mercado de trabalho. Quando um restaurante, por exemplo, recusa-se a receber um negro, o comportamento racista aí adquire conotação diversa (p. 190).

O período estudado equivale grosso modo a uma geração, durante a qual se dão eventos e mudanças que de alguma maneira deviam ter afetado as relações sociais discriminatórias analisadas.

No livro contudo essa sintonia entre as estruturas e o cotidiano é perdida de vista, tanto em nível muitas vezes municipal, quanto estadual e nacional.

A maior parte das ocorrências não só não é datada, mostrando despreocupação em precisá-las, como também em nenhum momento mostra a sua repercussão nas ocorrências registradas. É verdade que afinal o autor relaciona a Abolição, a Proclamação da República ou a imigração ao trivial que atormenta os negros de Campinas, mas há naturalmente uma reciprocidade mais imediata, nem sempre perceptível, entre uma batida num cortiço na caça de mulheres negras, por exemplo, e decisões de políticas públicas em diferentes níveis. Ficamos a perguntar-nos por que essa interdependência fica meio penumbrada no texto.

Embora reconheça que as “relações raciais em Campinas” tivessem sido determinadas “por condições objetivas específicas engendrando formas de relações raciais que lhe foram especiais”, em momento algum do livro fica evidenciada essa especificidade, mesmo porque a preocupação do autor não parece ter sido a de estudar ou mesmo citar comparações com “outras re-

giões do Brasil e do mundo", como registra na página 191. Aliás, é ainda nesse momento do texto que se reconhece também que o "agravamento das relações raciais em Campinas" a partir da primeira metade da década de 1920 mostra de alguma maneira a diminuição das associações dos homens de cor. Ora, ligar uma questão à outra nessa conclusão poderia, por outro lado, dar ensejo a outros tipos de interpretação, como por exemplo: a desmobilização dos negros, sua aparente acomodação diante da própria desativação das suas entidades, podendo ainda também significar uma melhora nas relações raciais ou então o temor diante do apuro do aparato repressivo e discriminador dos brancos. Logo adiante, esse refluxo será atribuído à crise econômica, sobre a qual entretanto nada adianta.

A partir dos anos 20, constata que devido a uma situação de estabilidade em números absolutos, a comunidade negra começa a crescer, o que é atribuído apenas à "forma mais ajustada" de sua entrada "no mercado de trabalho". Contudo, julgamos que a explicação para esse crescimento é muito mais complexa.

A consideração de que os negros não estavam alheios, mas atentos e dentro do jogo e do espaço de forças que lhes eram permitidos resistiam e lutavam, deve-se registrar nesse sentido, como o autor faz entender ao longo do trabalho, que envolvidos pelas ideologias dominantes, essa resistência e essa luta se faziam muitas vezes de maneira equivocada tendo pouco alcance, quando não um efeito inverso.

Do xingamento ao linchamento, as práticas ofensivas contra os negros têm para si apontados um motivo: o racismo; mas ao longo do texto, evidencia-se que a crise econômica, a demanda e competição no mercado de trabalho, o temor de revoltas populares aliavam-se ao racismo para atuar nesse sentido.

Pela soma de trabalhos que a pesquisa exigiu, as conclusões (p. 196) tiveram relativamente pouco alcance, pois de certa maneira chega-se ao óbvio:

1. não há inferioridade racial do negro;
2. os negros não desaparecem como esperavam e/ou desejavam os arautos – negros e brancos! – da miscigenação.

Na indicação das "Fontes e Métodos" (p. 24), seria interessante, uma vez que conseguiu obter nas entrevistas, que nos parecem terem sido bem conduzidas, informações relevantes, dar um ligeiro informe sobre as técnicas de história oral que usou ou não para recolher os depoimentos.

Ainda no que diz respeito às fontes usadas, numerosas e com informações importantes, permitindo a montagem de quadros e gráficos expressivos, na verdade estes ao serem apresentados, ficam mais ao nível da curiosidade, como é o caso por exemplo dos que vêm na página 109 e 115, aos quais não foram acrescentados quaisquer comentários.

Uma das principais fontes – o jornal GETULINO – permitiu ao autor apontar uma contradição imanente no seu discurso, isto é, tentar ir contra a ideologia do dominante branco, mas se trai ao interpretar a realidade histórica do negro, uma vez que o faz a partir da visão que os brancos têm do mundo. Apesar das considerações que são feitas em cima desse registro, uma questão sobrenada. Na verdade, o jornal não se dá conta de sua falsa consciência e com isso o seu bom combate à discriminação é inoperante, contribuindo até talvez para reforçar o discurso discriminador. O jornal é conside-

rado como uma das “iniciativas de lutas, resistência, assistência, conscientização e ajuda mútua voltadas especificamente para seus interesses de “Classe”, como se lê, ficando-nos a impressão que a contradição do periódico em si passa um pouco para a análise do autor. É uma questão delicada. Nas páginas 70 e 71, são demonstradas mais uma vez as contradições do jornal, que inclusive transpiram na própria linguagem do livro. Na página 184 fica claríssima a idéia do jornal de que a solução era acabar com a raça negra no Brasil, através do branqueamento! Era a única maneira de superar ou eliminar o problema, portanto, a dificuldade que a existência dos negros representava!

A noção de preconceito (p. 29) deve ser entendida não apenas como atribuição de qualidades negativas a outra raça, mas também atribuir-se superioridade, isto é, à sua própria raça. As duas afirmações parecem ser iguais, mas não são, tanto assim que certas figuras de negros tinham suas qualidades realçadas para determinadas funções, nas quais seriam reconhecidamente insuperáveis. O preconceito não é atingido pela lei – antidiscriminatória (p. 31). Por outro lado, manifestações culturais, nas quais se reconhecia a superioridade negra, como é o caso por exemplo do samba e da capoeira, hoje invadidas pelos brancos, eram confinadas na época, o que está a reclamar mais reflexão e pesquisa.

Uma curiosa revelação que o livro nos traz é a da polêmica que cercou (p. 96 e 127) a imigração de negros norte-americanos plantadores de algodão. O jornal GETULINO posicionou-se contrariamente por motivos raciais, conforme afirmação do autor! A proposta guarda grande interesse pelas implicações que provocou. Nas páginas 127 a 128, a transcrição que é feita do jornal não deixa antever apenas temor da parte dos brancos diante de uma possível imigração de negros norte-americanos, com conseqüente competição pelo mercado de trabalho, o que fica claro é o componente político, pesando nesse receio, *i. é.*, o negro norte-americano mais politizado e de melhor qualificação profissional podia causar à “República, dificuldades políticas e sociais”. Era o medo da luta de classes, como aliás previu o GETULINO (p. 186), mas não foi abordado nesta obra.

A colocação que é feita à p. 166 sobre a violência, provoca uma reflexão, que é a de que se torna necessário condenar a violência e a forma com que era feito o ato em si. Em outras palavras, a dimensão social da violência confere naturalmente àquela a responsabilidade em “criar o criminoso”. Entretanto, como a violência é inerente ao crime, mudar-se a sociedade para alterar essa condição humana exacerbada pelos interesses e contradições econômicas, sociais e políticas, revela um nível idealista e utópico. Não é possível ficar esperando essa reforma social, para daí e só então conseguir-se evitar o ato de prender.

Sobre o Colégio São Benedito (p. 101), desde que as fontes permitam, um programa de pesquisa que se aguarda é aquele que possa conhecer os objetivos que nortearam sua fundação, a sua estrutura interna, regulamentos, disciplina, recursos que o mantinham, o conteúdo do ensino que era ministrado, origem e destino dos seus alunos, etc.

Outra interrogação que fica no leitor é com respeito à proibição da cultura intercalar na lavoura cafeeira (p. 120). Se trazia tanta vantagem (como é demonstrado), por que sua interdição, que é apenas registrada nessa passagem? Na verdade, essa prática sofreu ao longo da história do café períodos

de estímulo e concessão ou de terminante proibição.

Por último, fica ainda alguma dúvida sobre a utilização do conceito de *elite negra* (p. 72), para definir o grupo local tal como se apresenta naquela conjuntura. Só porque não é desclassificado? É um critério que se define por eliminação, o que pode conduzir a um falso conceito.

Recebido em 16 de agosto de 1988.